

Gonçalves, F.S.¹Quadros, V. L.²Costa, F. E. V.³

Política pública de turismo e rios urbanos em Belém (Pará, Brasil)

Resumo. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre um tema carente de estudos, qual seja a relação do turismo com os rios urbanos, possibilitando compreender como ela ocorre no âmbito da política pública de turismo de Belém (Pará). Para isso, o objetivo do trabalho foi analisar a relação entre turismo e rios urbanos nas políticas públicas de turismo de Belém (Pará), com foco no Plano Municipal de Turismo de Belém. A pesquisa assumiu caráter exploratório, com abordagem qualitativa, realização de pesquisas bibliográficas e documental e análise de dados secundários. Foi evidenciado que a política analisada não contempla os rios urbanos enquanto elemento relevante para o planejamento do turismo na capital paraense, figurando apenas enquanto um dos agentes do processo histórico de transformações urbanísticas na cidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Planejamento Turístico; Rios urbanos; Turismo e Rios Urbanos; Belém (PA).

Tourism public policy and urban rivers in Belém (Pará, Brazil)

Abstract. This article represents the results of a research on a subject lacking in studies, of which show the relationship between tourism and urban rivers, it is possible to understand how it occurs within the area of tourism public policy in Belém – Pará. To this end, the objective of this work was to analyze the relationship between tourism and urban rivers in the tourism public policies in Belém – Pará, focusing on the Belém Municipal plan for tourism. This research assumed the exploration character, with qualitative approach, with bibliographic research, documentary and secondary data analysis. It was evident that the policy analyzed did not consider urban rivers, as a element for tourism planning in the capital of Pará, using only one of the agents in the historical process of urban transformations in this city.

Keywords: Public Policies; Tourism planning; Urban rivers; Tourism and urban rivers; Belém (PA).

Política pública de turismo y ríos urbanos en Belém (Pará, Brasil)

Resumen. Este artículo presenta los resultados de una investigación sobre un tema poco estudiado, como es la relación entre turismo y ríos urbanos, haciendo posible comprender cómo esto ocurre en el ámbito de la política pública turística en Belém (Pará). Para ello, el objetivo del trabajo fue analizar la relación entre turismo y ríos urbanos en las políticas públicas de turismo en Belém (Pará), centrándose en el Plan Municipal de Turismo de Belém. La investigación asumió un carácter exploratorio, con enfoque cualitativo, realización de investigaciones bibliográficas y documentales y análisis de datos secundarios. Se evidenció que la política analizada no considera los ríos urbanos como un elemento relevante para la planificación turística en la capital de Pará, apareciendo sólo como uno de los agentes en el proceso histórico de transformaciones urbanas de la ciudad.

Palabras clave: Políticas Públicas; Planificación Turística; Ríos urbanos; Turismo y Ríos Urbanos; Belém (PA).

Como citar: Gonçalves, F.S., Quadros, V. L., & Costa, F. E. V. (2025). Política pública de turismo e rios urbanos em Belém (Pará, Brasil). *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, Brasília*, 13(1), e-51618, 2025. <https://doi.org/10.26512/rev.cenario.v13i1.51618>

¹Orcid: 0000-0003-2634-332X & ID Lattes: 8880762385741698

²Orcid: 0000-0002-4008-5243 & ID Lattes: 1887894972158078

³Orcid: 0000-0003-1567-8861 & ID Lattes: 3826554554726424

INTRODUÇÃO

O município de Belém, capital do Estado do Pará, está localizado na Região Norte do Brasil, com uma população estimada de 1.303.389 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Quanto à hidrografia, Belém faz parte da Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia (Agência Nacional de Águas, 2015), a segunda maior em extensão territorial do País. O município possui um território de 50.582,30 ha, sendo 34,36% dessa área correspondente a porção continental e 65,64% correspondente à porção insular (Secretaria Municipal de Planejamento, 2020). Neste estudo, o enfoque se dá na área continental, que concentra a maior densidade populacional e infraestrutura urbana.

Ressalta-se que a escolha do lócus da pesquisa parte de uma questão paradoxal entre a relação histórica de Belém com seus rios e a exígua incorporação dos mesmos enquanto atrativos valorizados pela política municipal de turismo. Principalmente no que diz respeito aos rios que entrecortam a cidade de Belém, majoritariamente convertidos em canais. Assim, a investigação pretendida partiu do seguinte questionamento: como a relação entre turismo e rios urbanos consta nas políticas públicas de turismo de Belém (Pará), tendo como objeto o Plano Municipal de Turismo de Belém?

A pesquisa realizada justifica-se pela necessidade de abordar uma temática pouco usual nas pesquisas da área do turismo, tecendo uma relação entre as políticas públicas de turismo e os rios urbanos. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é analisar a relação entre turismo e rios urbanos nas políticas públicas de turismo de Belém (Pará), com foco no Plano Municipal de Turismo de Belém.

O planejamento do turismo parte de uma perspectiva que o vê enquanto um fenômeno complexo, que quando planejado deve ser pensado para além de um viés economicista, abordando questões ambientais, sociais, históricas e culturais. Soma-se a isso, a concepção de planejamento e política pública de turismo de Cruz (2002) e de Serra (2020), que vê o território enquanto palco desse fenômeno, evidenciando tal complexidade. Por conseguinte, as políticas públicas definem as diretrizes que subsidiam o planejamento das ações a serem desenvolvidas para o fomento do turismo.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Planejamento e Políticas Públicas de Turismo

De início faz-se necessário abordar o conceito de turismo. Este segundo Moesch (2000), consiste em:

Uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com heranças históricas, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas. (p. 9)

Assim, por envolver diversos fatores, o fenômeno turístico não se apresenta como uma tarefa fácil para os planejadores da área. Definir turismo faz-se necessário, pois, conforme Binfaré et al. (2016), a concepção de turismo trilha perspectivas diferentes quando se analisa a literatura sobre planejamento do turismo. Logo, autores que possuem uma visão do turismo como uma atividade estritamente econômica, deixam de lado questões culturais e ambientais.

No que tange ao planejamento, Nascimento e Barbosa (2017, p. 117), o definem como “um conjunto de ações que objetiva transformar uma dada realidade, visando torná-la melhor em um futuro próximo”. Soma-se a isso a visão de Silva e França (2018), que alegam que a intenção de se planejar o turismo, é para definir metas de desenvolvimento e os meios para alcançá-las. Estes autores acrescentam, ainda, que a atividade deve ser bem planejada, quando a intenção é o desenvolvimento econômico e social.

Para Cruz (2005, p. 39), o planejamento governamental “é um processo político-ideológico, que exprime anseios, objetivos e visões de mundo dos sujeitos sociais que o conduzem”. Acrescenta que as políticas públicas de turismo, como norteadoras do planejamento, espelham as ideologias de quem as concebe, o que ocasiona em muitos casos a negligência em favor do viés econômico.

Nota-se certa preocupação quanto a uma visão de turismo que se atenha unicamente ao fator economicista. Autores como Cruz (2005), Serra (2020), Silva e França (2018) e Viana e Quadros (2020) atentam para o planejamento do turismo que seja construído com a participação de vários atores sociais, dentre eles os próprios moradores locais. A participação da comunidade e do setor empresarial no processo de formulação das políticas públicas colaboram com a adoção de medidas mais adequadas à realidade local, possibilitando a continuidade dessas políticas.

Para Serra (2020), o planejamento do turismo, que leva em consideração o território que está sendo planejado, resulta em ações que não atendem unicamente ao setor. O autor aponta que algumas demandas do turismo, como a construção/pavimentação de estradas, iluminação pública e a melhoria de espaços coletivos, são ações que colaboram, sim, para o turismo. Mas que também geram condições melhores para os residentes. O autor ainda destaca que muitas das políticas públicas voltadas para o turismo proporcionam um caráter segregador, quando se resumem a políticas específicas, que grande parte dos moradores não se beneficiam. Pensamento anteriormente defendido por Cruz (2002), que ressalta a desarticulação entre políticas urbanas e outras políticas setoriais, como a de turismo. De acordo com tal autora, o turismo urbano é de grande expressividade no fluxo turístico mundial, entretanto muitas cidades brasileiras não estão preparadas para receber esses turistas.

Cruz (2002) acrescenta, que as problemáticas urbanas no Brasil, como a carência de infraestrutura básica, o déficit habitacional e a favelização são questões a serem resolvidas urgentemente. Destaca que esses problemas urbanos influenciam diretamente no desenvolvimento do turismo, o que levou a muitos dos investimentos federais no Nordeste, principalmente via Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), a focarem em obras de infraestrutura urbana. Observa-se que as problemáticas relatadas por Cruz (2002) há vinte anos ainda não foram sanadas, muito pelo contrário, estão cada vez mais presentes.

Dessa maneira, a visão de planejamento e política pública de turismo adotada neste estudo, está em consonância com Cruz (2002) e Serra (2020), por entenderem que as políticas públicas e o planejamento da atividade devem levar em consideração toda a dinâmica do território. Como um fenômeno (econômico, social, cultural e ambiental), o turismo interfere na dinâmica de uma localidade, e, de igual modo, também sofre interferência de problemas presentes na mesma.

Assim, um dos principais desafios para os planejadores e formuladores de políticas públicas de turismo em Belém são as problemáticas socioambientais. Uma vez que a capital paraense está entre as piores do país, no que diz respeito ao saneamento básico, tendo apenas 17,12% do seu esgoto coletado e apenas 3,76% tratado (Instituto Trata Brasil, 2023). Esse esgoto é despejado, majoritariamente sem tratamento, nos rios, convertidos em canais. Devido à má gestão das bacias hidrográficas urbanas e a ocupação de áreas próximas aos rios, intensificam-se as inundações, gerando grandes transtornos para a cidade como um todo. Essa discussão será aprofundada na subseção seguinte.

Planejamento e Políticas Públicas de Turismo

A bacia hidrográfica é, de acordo com Guerra e Guerra (2008, p. 76), “um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes”. Todavia, a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (1997), conceitua bacia hidrográfica como uma unidade territorial de atuação do planejamento e da gestão dos recursos hídricos no território nacional. Tal legislação estabelece, dentre os objetivos, a prevenção de eventos hidrológicos críticos de origem natural ou oriundos do uso inadequado dos recursos naturais.

Em um contexto urbano, fica mais evidente as ressalvas apontadas pela lei, uma vez que, de acordo com Botelho e Silva (2010), as bacias hidrográficas são duramente impactadas devido à grande taxa de ocupação humana e de alterações no ambiente. Tais

autores apresentam alguns pontos importantes a serem avaliados quanto às bacias hidrográficas urbanas. Citam-se as intervenções antrópicas e as alterações no sistema da bacia e, também, a importância de se buscar ações mitigadoras e medidas preventivas para a manutenção do equilíbrio ambiental.

Botelho e Silva (2010) apontam que, a impermeabilização do solo, devido às edificações e a pavimentação das vias de circulação alteram drasticamente o sistema da bacia hidrográfica. Outra intervenção que altera esse sistema é a canalização e a retificação dos cursos d'água (Botelho & Silva, 2010), pois são obras que possibilitam a ocupação das margens desses rios em ambientes urbanos.

Nesse contexto, a construção de casas, a pavimentação das ruas e a canalização dos rios são a realidade na maioria das grandes cidades, o que também, acarreta em uma série de problemas. De acordo com Cunha (2003):

os desmatamentos indevidos, não controlados pela legislação, e o crescimento de áreas urbanas sem as necessárias condições de manutenção de áreas verdes, para permitir o equilíbrio do ciclo hidrológico, sem as mínimas condições de saneamento (lixo, sedimentos e esgoto), são exemplos de impactos indiretos, oriundos da bacia de drenagem. (p. 224)

Assim, ainda consoante a Cunha (2003), os rios apenas espelham de maneira indireta, tanto as condições naturais quanto os impactos oriundos da atividade do homem na bacia hidrográfica. Dessa maneira, quando se fala de problemas socioambientais de rios urbanos, entende-se que esses rios refletem questões presentes em toda a bacia hidrográfica, que por sofrerem alterações, repercutem em problemas que atingem principalmente as populações que ocupam as áreas próximas a esses rios.

Desse modo, Almeida e Corrêa (2012) apontam que os rios urbanos, modificam e são modificados a partir da sua relação com a cidade. Uma vez que, com a expansão urbana sobre esses cursos hídricos, ocorre uma interação dialética, surgindo algo híbrido que “não é mais natural, mas também não se transformou ao ponto de deixar de carregar em si a Natureza” (Almeida & Corrêa, 2012, p. 115). Essa relação dialética está presente também em Ponte (2015), pois esses cursos hídricos deixam de ser vistos como rios e são convertidos a “canais”, apenas enquanto um componente sanitário no ambiente urbano.

Esse processo de degradação dos rios e conversão em canais, conforme Silva-Sánchez e Jacobi (2012), ocorrem principalmente nas grandes cidades, com o avanço do processo de urbanização. Tucci e Bertoni (2003) já indicavam que, por mais que existam outras perspectivas para o planejamento desses rios em meio urbano, nas cidades brasileiras, ainda são adotadas técnicas de engenharia ultrapassadas de canalização, que possuem custos elevados e que acabam intensificando alguns problemas socioambientais, principalmente em períodos de maiores volumes de chuva.

Tais problemas, de acordo com Mendonça e Leitão (2008), atingem principalmente a população de baixa renda, que constrói suas casas próximas a rios, com grandes riscos de inundações. A ocupação dessas planícies de inundação, acrescentam Costa et al. (2020), acarretam uma problemática socioambiental que impacta diretamente várias famílias e dificulta o planejamento urbano.

As planícies são “terrenos mais ou menos planos, de natureza sedimentar e, geralmente, de baixa altitude” (Guerra & Guerra, 2008, p. 492). Em ambiente urbanos, essas áreas estão susceptíveis a inundações periódicas devido a vários fatores, dentre eles: a expansão urbana; a ocupação de área do entorno dos rios; a retirada de vegetação ciliar; a utilização de engenharias não coerentes com as características geomorfológicas e hidrológicas da cidade; o volume de chuvas; dentre outros (Soares, 2018).

Diante do exposto, faz-se necessário uma distinção entre os termos “enchente”, “inundação” e “alagamento”. Soares (2018, p. 23), após uma revisão teórico-conceitual desses termos, adota enchentes e inundações como “termos equivalentes à definição de eventos extremos de cheias máximas, com interferência da atividade humana para o caso dos espaços urbanos”. Ou seja, é um fenômeno de cheia dos rios, que se intensifica no ambiente urbano devido a retirada da vegetação e a ocupação das áreas próximas aos rios. Por sua vez, o alagamento é “um problema interligado com as atividades humanas nos espaços urbanos, em específico, com as ineficiências de obras de saneamento para o fito de escoar o acúmulo de águas superficiais advindas das chuvas fortes” (Soares, 2018, p. 24).

Assim, Soares e Carvalho (2018) apontam que os alagamentos não têm a ver com o fenômeno de cheia dos rios, o que o difere dos anteriores.

É importante realizar a distinção entre tais termos, pois por mais que sejam problemas intensificados pelo processo de urbanização e da falta de planejamento, possuem soluções diferentes. Assim, são inúmeros os desafios no que concerne à gestão de bacias hidrográficas em ambientes urbanos. Sobre isso, Mendonça e Leitão (2008, p. 147) argumentam “que nas cidades brasileiras não pode ser tratada de forma desvinculada da questão da habitação e da ocupação do território”.

Dessa maneira, enquanto um fenômeno complexo, o turismo encontra, em algumas cidades, como a do presente estudo, limitações que necessitam de diferentes esforços para mitigá-las. Nesse sentido, o turismo pode sofrer interferência de tais problemáticas socioambientais, mas também pode apresentar novas visões para a utilização dos rios urbanos na cidade. Essa reflexão será feita na próxima seção.

Turismo e Rios Urbanos

Os estudos com foco na relação entre turismo e rios urbanos são incipientes. Os rios, embora comumente caracterizados como importantes atrativos turísticos naturais, capazes de atrair visitantes, em contexto urbano perdem suas ‘características naturais’ ao serem convertidos em canais, assumindo uma função mais sanitária, como relata Ponte (2015). Dessa maneira, os rios que anteriormente possuíam funções de navegabilidade ou lazer, passaram a ser vistos como problemas a serem solucionados em cidades como Belém (PA), Manaus (AM), Recife (PE), dentre tantas outras.

No que tange à relação entre turismo e rios urbanos, Spinelli (2016) analisa a potencialidade do turismo fluvial sustentável em rios urbanos, tendo como objeto de estudo o Rio Capibaribe em Recife (PE). Tal autor retrata a poluição das águas do rio como um fator que distancia a população da convivência com o mesmo, apontando o turismo fluvial como uma possibilidade de reutilização do rio para outra finalidade que não unicamente a de esgotamento sanitário.

Spinelli (2016, p. 52) aponta que “desenvolver a atividade turística visando integrar rios urbanos à vida dos moradores locais e dos turistas, de certa forma, contribui para a valorização e redescoberta da natureza em meio à cidade”. Entretanto, essa revalorização não acontece de uma hora para outra. De acordo com Spinelli (2016) vários aspectos devem ser levados em conta durante o planejamento turístico, como os fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais. O referido autor aponta também que:

Deve ser realizado um estudo do leito e das margens do rio, onde devem ser observadas as diversas características que o curso d’água apresenta, para assim, poder-se identificar as potencialidades e ameaças que irão determinar a viabilidade para a atividade de turismo fluvial (p. 52).

Dessa maneira, fica evidente a complexidade que é a revitalização desses canais fluviais para fins turísticos e que as ações públicas para a viabilização dessa prática envolvem várias outras áreas. Rodrigues e Cabral (2022) somam-se a essa discussão, tendo ainda como locus a cidade de Recife, mas dessa vez o Rio Jiquiá. Eles também veem o turismo, somado a fatores históricos e culturais, como um incentivo para a população poder enxergar outras possibilidades de utilização desses rios urbanos. Esses autores abordam a revitalização de canais fluviais, o que possibilita o uso sustentável desse recurso natural (a água), garantindo múltiplos usos, como para o lazer e para o turismo.

Rodrigues e Cabral (2022, p. 3) apontam, ainda, a revitalização de rios urbanos como “uma forma de resgate de suas funções quanto ao controle de inundações, biodiversidade e requalificação do meio urbano”. Defendem que ações como a revitalização de rios urbanos possuem um caráter multidisciplinar, por buscar desenvolver a área não apenas por uma finalidade turística. Mas veem o turismo como um dos fatores que podem fomentar e dar uma nova finalidade para esses rios.

Os estudos encontrados apontam o turismo apenas como uma ferramenta de revalorização dos rios urbanos, apresentando propostas de revitalização desses canais fluviais, por meio da participação da comunidade e do resgate da memória e da relação da população com o rio. Entretanto, conforme relatado, derivada do fator histórico de inchaço

das cidades e de uma política de racionalização dos rios e de ocupações irregulares de suas margens, a problemática dos rios urbanos pode vir a interferir na dinâmica da cidade como um todo.

Convém resgatar e ressaltar que, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433, 1997) e a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará (Lei n. 6.381, 2001), nada consta sobre a relação aqui proposta. Por sua vez, no Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2024 (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico [ANA], 2022) e no Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2021), os rios constam enquanto importantes atrativos turísticos, ficando evidente a preocupação quanto a seu bom aproveitamento, assim como a qualidade e quantidade da água.

No Plano Nacional de Recursos Hídricos (ANA, 2022) a relação entre turismo e recursos hídricos vai além, uma vez que quando se fala sobre monitoramento qualitativo dos recursos hídricos no país, este é apontado como de grande importância para o planejamento de algumas atividades, dentre elas o turismo. Destacando a importância de dados hidrológicos para garantir melhores projetos de infraestrutura e a mitigação de impactos de secas e inundações. O que se afasta da visão do rio apenas enquanto atrativo, mas também que deve ser levado em consideração no planejamento do turismo para evitar possíveis problemas socioambientais.

Assim, este artigo parte do pressuposto de que as políticas públicas de turismo devem ser formuladas e implementadas de maneira integrada com a política de gestão de rios urbanos, de modo a minimizarem os desafios atuais, notadamente quanto ao resgate e valorização dos rios urbanos, repensando possibilidades de reutilização de alguns desses trechos na cidade de Belém. No entanto, também se entende que os problemas gerados por esses rios podem impactar a dinâmica do turismo na cidade. Uma vez que, por exemplo, com as cheias desses rios, várias outras questões importantes para o turismo são afetadas, tais como a mobilidade urbana e o saneamento básico.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada caracteriza-se por ser, de acordo com Farias e Arruda (2013), exploratória; de abordagem qualitativa; com realização de pesquisas bibliográfica e documental; e com análise de dados secundários. A cidade de Belém foi escolhida como lócus da pesquisa por possuir uma relação com os rios que perpassam sua história desde a fundação da cidade até os dias atuais.

Apresenta um caráter exploratório por se tratar, de acordo com Farias e Arruda (2013, p. 63) de “uma primeira aproximação com o tema-problema-objeto e busca estabelecer os primeiros contatos com o fenômeno de interesse”. Nesse caso, investigar a relação entre turismo e rios urbanos na literatura e nas políticas públicas de turismo da cidade lócus da pesquisa. Para, em um momento futuro, aprofundar a investigação.

Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica foi realizada com o pretexto de construir um referencial teórico capaz de estabelecer a relação pretendida. Assim os temas buscados foram “políticas públicas e planejamento do turismo”, “rios urbanos”, “turismo e rios urbanos” e “Belém e rios urbanos”. Tal pesquisa também possibilitou a compreensão da relação de Belém com seus rios desde o processo de fundação. Foram realizadas buscas nos principais periódicos de turismo e em base de dados como o Portal de periódicos da CAPES e o Google Acadêmico.

A pesquisa documental foi realizada com o intuito de identificar documentos que materializam a política pública de turismo e que servem como base para o planejamento do turismo na cidade de Belém. Tais como o Plano Municipal de Turismo, o Inventário da oferta turística, dentre outros. Todavia, o objeto principal de análise foi o Plano Municipal de Turismo de Belém, lançado em 2021.

A análise foi realizada tendo como procedência dados secundários. Esses dados foram levantados durante a pesquisa, tendo como foco compreender as potencialidades e os desafios para o turismo em Belém a partir dos rios urbanos. Assim, foi feita uma síntese do Plano Municipal de Turismo de Belém (Coordenadoria Municipal de Turismo [BELÉMTUR],

2021), buscando analisar como a relação entre turismo e os rios urbanos constam no âmbito dessa política. A partir disso foram confrontadas as informações coletadas com o referencial teórico levantado durante a pesquisa.

A Relação de Belém com os rios

Nesta seção busca-se refletir sobre o processo de urbanização de Belém, tendo os rios como protagonistas. Desse modo, é pertinente ressaltar a importância dos rios para o processo de colonização, surgimento e organização de vários povoados na Amazônia, como é possível ver em Gonçalves (2012). Ainda segundo Gonçalves (2012), a construção de fortes em pontos estratégicos do território que hoje conhecemos como Amazônia, foram as primeiras marcas da civilização ocidental na região.

Assim, a construção do Forte do Presépio, na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará, servia enquanto mecanismo de controle da área, mas também foi o início de Belém, fundada em 12 de janeiro de 1616 (Penteado, 1968). Até o final do século XVII, aponta Penteado (1968), aquele povoado passou por algumas alterações, que viabilizaram o aumento da população, a organização de arruamentos e a construção de igrejas.

Nesse período, além de palco do processo de fundação do núcleo urbano que viria ser Belém, os rios estavam presentes no cotidiano da população. Penteado (1968) ao falar de Belém até o final do século XVII, relata a existência do Igarapé do Piri, que dividia Belém em duas partes: a parte próxima ao Forte do Presépio era chamada de 'cidade' e a outra, chamada de 'campina'. O que veio a originar o nome de dois dos bairros mais antigos de Belém. Essa configuração de Belém do século XVII, está ilustrada na Figura 1.

Figura 1. Mapa de Belém do século XVII.



Fonte: Penteado (1968, p. 101).

Da segunda metade do século XVIII até o final do século XIX o povoado se desenvolvia estabelecendo suas redes de trocas pelos rios, fortalecendo sua relação com as águas (Ponte, 2015), implicando na estruturação de uma rede de trocas na Região Amazônica. Para atender essa demanda comercial, Ponte (2015, p. 44) aponta que “nesse período são estruturados portos, alguns públicos, em igarapés que penetram a cidade, e numerosos portos privados, ocupando lotes estreitos de suas margens fluviais, estendendo-se para terras então periféricas”. Dinâmica que modifica as áreas próximas aos rios, por meio do aterramento das várzeas para a construção de portos e estabelecimento das trocas comerciais.

Por conseguinte, Belém “apresentou várias fases de seu desenvolvimento urbano na relação com sua extensa e capilarizada hidrografia” (Ponte, 2015, p. 42). Portanto, os rios fizeram parte da história de Belém, assumindo diferentes funções de uso e apropriação pela população. Consoante ao desposto por Ponte (2015), o rio se destaca enquanto importante para a história da estruturação urbana de Belém, condicionando formas de aproveitamento econômico e soluções de territorialização.

Logo na primeira metade do século XIX, Penteado (1968) relata que o desenvolvimento da cidade de Belém é marcado pelo aterramento do Igarapé do Piri, que integra a cidade (atual bairro da Cidade Velha) à campina. Tal ação é apontada por Ponte (2015) e Ximenes (2011) como uma perspectiva desenvolvimentista e higienista, relacionada com os padrões de urbanização da época, em que os rios passaram a serem vistos como grandes problemas a serem resolvidos pela gestão pública. Essa resolução resultou futuramente na drenagem e no aterramento de vários outros rios que entrecortam a cidade.

Na virada para o século XX, as águas passam a assumir um caráter técnico, por se tratar de um período de grandes modificações, aterramentos de áreas sujeitas a alagamentos e canalização de rios (Ponte, 2015). Dessa maneira, esses rios passam a não mais serem vistos enquanto parte de uma natureza que compunha a cidade, ligados a práticas de sociabilidade e a lazer, mas apenas enquanto canais, que transportam os resíduos de uma cidade que se expandia e que buscava sua urbanização. Essa reflexão é parte do que Ponte (2015, p. 47) chama de “dialética técnica da água”, em que “o curso d'água é útil e maldito; ele é sujo, mas é um canal, não um rio; passa a ser, por isto mesmo, um veículo de limpeza e escoamento, através de uma substância codificada pelo saber aplicado moderno”. É quando o rio passa a ser transformado em canal, tal como se tem atualmente.

Por consequência disso, as características desses rios urbanos passam a ser alteradas, no momento em que os gestores optam por eliminarem leitos naturais e a vegetação do entorno (Tozi, 2020). Sustenta Tozi (2020) que nas bacias hidrográficas urbanas de Belém, as técnicas utilizadas (de retificação e canalização dos rios) não beneficiaram as características ambientais desses cursos d'água.

As Figuras 2 e 3 ilustram a complexidade da questão dos rios urbanos na cidade de Belém. Elas retratam o Canal Água de Cristal – ou Água Cristal –, no bairro da Marambaia, um afluente do Canal São Joaquim ou Igarapé do Una, na bacia hidrográfica do Una. Esse rio foi convertido em um componente do sistema de drenagem de águas pluviais e de esgoto em geral (doméstico, sanitário, industrial etc.) conhecido hoje como “canal” e constitui um corpo receptor de efluentes (esgoto) não tratado.

Para atender essa demanda específica como um componente do sistema de saneamento, desde a década de 1970, o rio teve o seu sistema natural alterado: a) área de nascente: encoberta pelo sistema de arruamento; b) morfologia: retificação retilínea do curso; c) planície de inundação: alterada e ocupada pelo sistema de arruamento e imobiliário; d) vegetação ciliar: removida em todo o trecho canalizado. E, conforme a Figura 3, eventualmente ocorre a regeneração da vegetação secundária sobre acúmulo de deposição de solo e matéria orgânica nas margens do curso assoreado.

Figuras 2 e 3. Trechos do Canal Água de Cristal – ou Água Cristal – Bacia hidrográfica do Una.



Fontes: Autores (2022)

Essa lógica, conforme Soares (2018), acabou por desencadear problemas socioambientais, como as inundações periódicas na cidade de Belém. Esses problemas socioambientais afetam principalmente a população de baixa renda que ocupa essas áreas próximas aos rios. Em Belém, Costa et al. (2020) alegam que essas áreas possuem uma alta ocupação. Isto, por serem, majoritariamente, espaços com relativa proximidade do centro da cidade, localizando-se principalmente nas áreas de planícies onde ocorrem inundações periódicas.

A ocupação de áreas próximas aos rios e/ou passíveis de inundações e alagamentos acontece principalmente, de acordo com Tozi (2020), após a década de 1960, com o crescimento populacional da capital paraense, em que:

A ocupação ocorreu da seguinte maneira: ocupação das partes centrais dos quarteirões, construindo vilas e passagens nas cotas altas da cidade, cuja consequência foi o desaparecimento de áreas verdes da cidade; as populações mais pobres foram habitar as áreas de baixadas que são sempre alagadas ou alagadiças, cujas casas foram construídas sobre estivas e em forma de palafitas; expansão da cidade para além da primeira légua patrimonial da cidade (na qual foi criado um cinturão institucional), construindo projetos habitacionais e alocando indústrias. (p. 75)

Entretanto, por mais que a população mais pobre seja a mais atingida, esses problemas acabam “impactando o cotidiano geral da cidade, conectando uma série de problemas urbanos singulares: saneamento básico, moradia, saúde coletiva e mobilidade urbana, entre os principais” (Costa et al., 2020, p. 249). Tais problemas podem ser encontrados em outras cidades da Região Metropolitana de Belém (Rodrigues et al., 2022) e da Amazônia (Martins et al., 2021). Tais cidades, semelhantes a Belém, também passaram por processos de retificação e canalização dos rios urbanos.

Dessa maneira, o rio, que era responsável pelo deslocamento na Amazônia, em que ocorriam o trânsito (de pessoas e de mercadorias) e também era responsável por parte do lazer e da sociabilidade, perde parte dessa função. Malheiro (2009) resgata discursos de gestores, em jornais das décadas de 1970 e início de 1980, que retratavam esses rios como entraves para o desenvolvimento da cidade, dificultando a gestão, criando assim uma imagem que apontava esses elementos geográficos como uma tragédia.

Entretanto, Malheiro (2009) nota uma mudança, principalmente a partir do final dos anos 1980 para o início dos 1990, em que se começa a construir uma nova imagem para a localização geográfica da cidade e para os rios do entorno. Assim, os discursos passaram a valorizar o rio enquanto um elemento natural que retomava uma origem ribeirinha para Belém (Malheiro, 2009). Entretanto, se deparam com essas margens ocupadas por portos privados e por fábricas que ali se alocaram.

Do final do século XX para o início do século XXI, passaram-se a adotar políticas de abertura de “janelas para os rios”, como pode ser visto em Amaral (2005), França (2018), Malheiro (2009) e Ximenes (2011). Tais políticas contribuíram para a construção de espaços públicos de lazer e turismo, com o intuito de retomar a relação da cidade com o rio, localizados nas orlas da cidade, às margens da Baía do Guajará e do Rio Guamá. Dessa feita, surgem espaços como o Complexo Estação das Docas, o Núcleo Histórico-Cultural Feliz Lusitânia, o Projeto Ver-o-Rio (Amaral, 2005), o Parque Naturalístico Mangal das Garças (Ximenes, 2011) e o Portal da Amazônia (França, 2018). Espaços de interesse turístico que possibilitam a aproximação entre o indivíduo e o rio.

Entretanto, esses espaços de lazer e turismo, que possibilitam uma contemplação do rio enquanto paisagem natural na cidade de Belém, se restringem às margens da Baía do Guajará e do Rio Guamá. Tozi (2020) alega que a grande maioria dos rios que entrecortam a cidade de Belém, atualmente, estão canalizados e perderam as funções fluviais, de lazer e de usos domésticos (como por exemplo as lavagens de roupa). Fica, então, evidente a necessidade de repensar outras possibilidades de planejamento para esses rios urbanos, que, atualmente, acarretam um grande problema socioambiental para a cidade de Belém.

Rios urbanos e o Turismo em Belém do Pará

Belém é uma cidade entrecortada por rios, em sua maioria canalizados, o que gera uma série de problemas socioambientais no cotidiano principalmente da população de baixa renda, mas que impactam a dinâmica da cidade como um todo. A discussão aqui se direciona para a relação entre as políticas públicas de turismo de Belém e os rios urbanos.

Os rios do entorno da cidade, a Baía do Guajará e o Rio Guamá, juntos a muitos outros atrativos naturais e culturais, fazem de Belém um município com potencial turístico expressivo. No entanto, Quadros et al. (2022) apontam que a capital do estado ainda não é tão representativa turisticamente em nível nacional e internacional. Dentre os motivos para isso, é citado que o turismo ainda não consta como prioridade na agenda de governo de Belém.

O município tem como órgão gestor de turismo a Secretaria Municipal de Turismo - BELEMTUR. Também possui um Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e um Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, mas que de acordo com Nascimento et al. (2019) e Quadros et al. (2022), ambos ainda possuem uma certa inconsistência quanto a seu funcionamento e participação efetiva na formulação das políticas públicas de turismo de Belém.

A política pública de turismo atual do município está materializada no Plano Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR, 2021), que foi formulada ainda na gestão anterior, do Prefeito Zenaldo Coutinho, pela antiga Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém. Com a posse de um novo chefe do Executivo, o Plano foi relançado com poucas modificações. O mesmo consiste em:

Ações, metas e objetivos a médio e longo prazos elencados para o fortalecimento e incremento do setor turístico em território municipal e sua cadeia produtiva, visando conceber um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado, tendo enquanto princípios a geração de renda, aumento dos níveis de emprego, oportunidades de investimentos e respeito à cultura e ao meio ambiente. (BELEMTUR, 2021, p. 9)

Logo de início, o documento apresenta “a mensagem do prefeito”, na qual o Prefeito Edmilson Rodrigues faz uma apresentação do Município, enaltecendo suas riquezas naturais e histórico-culturais. Também apresenta um pouco da importância e dos desafios para o desenvolvimento do turismo em Belém. No que tange os rios, são citados como parte da beleza natural de Belém (ao mencionar a Baía do Guajará e os igarapés da região insular do Município). Mas, como se trata de uma apresentação da cidade e do plano, não cabe apresentar os problemas oriundos dos rios que entrecortam a cidade.

Ainda na Mensagem do Prefeito, este demonstra compreensão quanto a complexidade de se planejar o turismo, mencionando integrá-lo às “demais políticas, ações e plano de desenvolvimento econômico sustentável da cidade” (BELEMTUR, 2021, p. 6). E, também, aborda trabalhá-lo junto com outros setores da gestão pública. O que remete às concepções sobre políticas públicas e planejamento do turismo abordadas por Cruz (2002) e Serra (2020), nos quais o turismo deve ser trabalhado junto a outros setores, visando a complexidade territorial da localidade a ser desenvolvida.

No que concerne à manifestação do Prefeito, cabe identificar se a política pública materializada no Plano Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR, 2021) leva em consideração problemas socioambientais, como os destacados por Costa et al. (2020) e Soares (2018), referentes a inundações periódicas em Belém. Esses problemas estão ligados diretamente com a falta de planejamento e gestão das bacias hidrográficas urbanas, o que ocasiona transtornos sanitários e de mobilidade urbana. O Quadro 1 apresenta uma síntese do Plano Municipal de Turismo de Belém destacando os rios urbanos.

Quadro 1. Síntese do Plano Municipal de Turismo de Belém com foco nos rios urbanos.

Os rios urbanos no Plano Municipal de Turismo de Belém - 2021		
Seção do Plano	Contempla os Rios urbanos?	O que fala?
1. Diagnóstico – Caracterização Geral do Município	Sim	- Mostra a existência de rios e áreas alagadas desde o processo de fundação de Belém (1616), quando fala do Igarapé do Piri e do Alagado do Piri; - Ao abordar o século XIX, aponta, enquanto marco na urbanização da cidade, a drenagem e o aterramento do Igarapé do Piri; - Em 1950 são acentuados os processos de urbanização em Belém, sendo constatada a ocupação de áreas alagadas e alagáveis próximas às áreas centrais; - Em 1970 o crescimento populacional da capital torna-se mais expressivo e com isso cresce o número de pessoas de baixa renda nas “baixadas”, áreas irregulares próximas a rios; - Discorre sobre as várzeas, mas como se estivessem apenas no entorno da Baía do Guajará e do Rio Guamá.

Os rios urbanos no Plano Municipal de Turismo de Belém - 2021 (continuação)		
Seção do Plano	Contempla os Rios urbanos?	O que fala?
2. Mercado Turístico	Não	• Apresenta as estatísticas de turismo do Brasil e de Belém. Traça o perfil dos turistas nacionais e internacionais. Também apresenta a diversidade de atrativos turísticos da capital do estado do Pará, destacando as belezas naturais das ilhas de Mosqueiro, Outeiro, Cotijuba e Combú. Também apresenta uma gama de atrativos na parte continental do município, como museus, igrejas históricas, praças e outros equipamentos de lazer; • Aborda os rios somente quando se refere à região insular do município, indicando-os como parte desse atrativo turístico natural;
3. Infraestrutura Básica e Urbana	Sim	• Descreve que o esgotamento sanitário evidencia a realidade precária do Município, citando os constantes 'alagamentos' e a ausência de saneamento básico.
4. Aspectos Socioespaciais	Não	• Aborda sobre a arrecadação de impostos em decorrência ao turismo e sobre a gestão do meio ambiente e do patrimônio cultural do Município.
5. Posicionamento Atual de Belém no mercado turístico	Não	• Trata apenas sobre os segmentos do turismo que se realizam em Belém, que são os de Negócios e Eventos, o Religioso (com o Círio de Nazaré) e, de modo ainda incipiente, o Gastronômico.
6. Análise estratégica macro ambiental	Não	• Fala sobre a estratégia de planejamento utilizada no plano para a análise e síntese da realidade local sobre diversas perspectivas.
7. Objetivos	Não	• Apresenta os objetivos geral e específicos do Plano. Nenhum deles trata especificamente sobre o tema, mas o primeiro objetivo específico prevê "aperfeiçoar a infraestrutura urbana e turística da cidade", o que engloba parte do problema apontado no artigo;
8. Matriz estratégica da política municipal de turismo	Não	• Algumas estratégias abordam a região das ilhas de Belém, sobre o transporte fluvial, construção de trapiches/portos e até sobre a Orla fluvial de Icoaraci. Mas não se aborda sobre os rios que entrecortam a cidade.
9. Metas estabelecidas para o turismo em Belém do Pará até 2024	Sim	• Não cita os rios. Porém, uma das metas da política pública é "Aumentar a qualidade ambiental no entorno de atrativos turísticos e principais vias de acesso com base no saneamento básico, limpeza urbana e educação ambiental". O que contempla a temática.
10. Indicadores de monitoramento	Não	• Trata apenas sobre os indicadores utilizados para verificar a eficácia da política pública em questão.
11. Resultados esperados para o turismo	Não	• Apresenta a intenção da ampliação na qualidade dos serviços e da variedade de produtos, com o intuito de consolidar Belém como a Capital do Turismo na Amazônia.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de BELÉMTUR (2021).

A primeira seção do Plano, a do “Diagnóstico”, faz uma caracterização geral do Município, evidenciando os rios como parte da história da cidade desde o processo de fundação, com a construção do Forte do Presépio, também são citadas as obras de macrodrenagem e racionalização dos rios. Bem como, o crescimento populacional na cidade, principalmente a partir da década de 1970, o que ocasiona a ocupação de áreas próximas ao centro, as margens de rios.

De acordo com BELEMTUR (2021), essas áreas ocupadas próximas aos rios são chamadas de ‘baixadas’, sendo ocupadas por populações de baixa renda e passíveis de alagamentos. Esse problema é chamado de alagamentos no Plano, entretanto, como aponta Soares (2018) e Soares e Carvalho (2018), esse fenômeno de cheia dos rios é denominado de inundações ou enchentes. Essa problemática volta a aparecer na seção 3, quando é abordada a Infraestrutura básica e urbana, apontando a realidade precária do município quanto ao saneamento básico, relatando a ocorrência constante de alagamentos em Belém. Entretanto, essa questão é apenas citada em um pequeno trecho, não sendo evidenciada a total dimensão desse problema.

A falta de devida atenção da política pública de turismo sobre a ocorrência de inundações na cidade, demonstra a visão limitada dos formuladores do Plano quanto a um fenômeno que é foco de muitas pesquisas na capital paraense, como por exemplo em Costa et al. (2020), Rodrigues et al. (2022), Soares (2018), Soares e Carvalho (2018) e Tozi (2020). Dentre tantos outros estudos que apontam a má gestão das bacias hidrográficas urbanas, Costa et al. (2020) relatam, que a complexidade dos rios urbanos em Belém acarreta os principais problemas socioambientais da capital. Tais problemas, apontam ainda Costa et al. (2020) interferem em alguns aspectos muito importantes para o turismo, como o saneamento básico e a mobilidade urbana.

Na seção 9, das metas para o turismo em Belém, é projetado o aumento da qualidade ambiental próximo a atrativos turísticos, com “base no saneamento básico, limpeza urbana e educação ambiental” (BELEMTUR, 2021, p. 59). É apresentada, também, uma possível parceria da BELEMTUR com a Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN. Mas a ação se prende apenas à coleta e destinação dos resíduos sólidos.

Evidencia-se que, dentre as metas na seção 9, quando trata sobre a melhoria da qualidade ambiental, a política analisada foca apenas em ações voltadas especificamente para esses espaços de interesses turísticos. O que remete ao apontado por Serra (2020), pois grande parte das políticas públicas de turismo assumem um caráter segregador, objetivando uma qualidade dos espaços para atender apenas os visitantes.

Assim, a partir da análise do Plano Municipal de Turismo de Belém, nota-se de manei-ra efetiva, ações voltadas apenas para os rios do entorno da cidade e da região insular da capital. Os rios que entrecortam a cidade, chamados aqui de rios urbanos, são invisibilizados no documento. Aparecem apenas enquanto elemento da história da cidade, que foi apagado pelo processo de urbanização, e enquanto elemento do saneamento básico.

A perspectiva defendida por Rodrigues e Cabral (2022) e por Spinelli (2016), de reutilização de trechos de rios urbanos para a prática do turismo fluvial ou até do turismo enquanto ferramenta para resgate da relação da cidade com os rios, nem é citada no Plano Municipal de Turismo de Belém. Apesar das duas capitais, Belém (lôcus da pesquisa) e Recife (Rodrigues & Cabral, 2022; Spinelli, 2016) possuírem histórias semelhantes de retificação dos cursos d’água com uma finalidade urbanística, em Belém essa temática está longe de figurar nas discussões e de ser abordada nas políticas públicas de turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre turismo e rios urbanos ainda é pouco expressiva nas produções científicas sobre turismo. Seja abordando esses rios enquanto atrativos turísticos naturais, seja como elementos que acarretam problemas para as cidades. Por se tratar de uma temática com pouca literatura, foi necessário um referencial teórico que contemplasse a relação estabelecida na pesquisa, sendo esta relevante por tratar de uma questão ainda pouco usual. Principalmente por ter como lócus a cidade de Belém, que possui uma ligação com esses rios que remonta a sua fundação.

Como visto na literatura, ao passar pelo processo de conversão em canais, os rios deixam de ser vistos enquanto parte da natureza, que ainda resiste ao urbano. E passam a ser mais um problema a ser resolvido pela gestão pública. Em Belém, essas mudanças ocorreram principalmente a partir do século XX, intensificando-se na década de 1960, com a ocupação de áreas próximas do centro e às margens dos rios que entrecortam a cidade.

A política pública analisada não apresenta propostas que contemplem esses rios de maneira direta, uma vez que eles aparecem apenas enquanto parte do contexto histórico e, em alguns momentos, enquanto problemas atuais. Também não são previstas ações que possibilitem a revalorização desses rios para uma finalidade turística, assim como não há indicação de ações conjuntas com outras áreas da gestão pública que possibilitem ao menos minimizar tais problemas.

Desse modo, o estudo evidenciou a importância de um planejamento do turismo que leve em consideração vários fatores, dentre eles a problemática socioambiental apresentada. Além, da importância de políticas públicas de turismo serem formuladas e implementadas de maneira integrada com a política de gestão de rios urbanos, de modo a minimizarem os desafios atuais e de apresentarem novas perspectivas para o reaproveitamento dos cursos d'água para a atividade turística.

A análise do Plano Municipal de Turismo de Belém possibilitou compreender a visão da gestão pública da capital do estado acerca dos rios que entrecortam a cidade, ressalta-se a necessidade da continuidade da pesquisa, com vistas a, entre outras questões, captar a percepção dos trabalhadores do turismo e dos turistas quanto aos rios urbanos existentes em Belém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Nacional de Águas. (2015). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: Regiões hidrográficas brasileiras*. Autor. <https://encurtador.com.br/qA6ec>
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2022). *Plano nacional de recursos hídricos 2022-2040*. Autor. <https://encurtador.com.br/GN0c1>
- Almeida, L. Q. de, & Corrêa, A. C. de B. (2012). *Dimensões da negação dos rios urbanos nas metrópoles brasileiras: O caso da ocupação da rede de drenagem da planície do Recife, Brasil*. Geo UERJ, 1(23), 114-135. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2012.3700>
- Amaral, M. D. B. (2005). *A Guerra das águas: Concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)* [Dissertação de mestrado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1972>
- Binfaré, P. W., Castro, C. T., Silva, M. V., Galvão, P. L., & Costa, S. P. (2016). Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 4, 153-192. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2016v4n0ID6042>
- Botelho, R. G. M., & Silva, A. S. (2010). Bacias hidrográficas e qualidade ambiental. In A. C. Vitte, & A. J. T. Guerra (Org.), *Reflexões sobre geografia física no Brasil* (3a ed., pp. 153-192). Bertrand Brasil.
- Coordenadoria Municipal de Turismo. (2021). *Plano municipal de turismo de Belém*. Autor. <https://encurtador.com.br/3IYNF>
- Costa, F. E. V., Soares, D. A. S., Brasil, A. P. M. S., Silva, S. L. B., Rodrigues, V. V., Cyrus, A. R. C., Urbano, F. W., Pereira, S. C. O. N., & Paz, M. M. (2020). A complexidade da questão dos rios urbanos nas cidades amazônicas: O caso de Belém/PA. In W. O. Ribeiro, A. P. M. S. Brasil, & F. E. V. Costa (Orgs.), *Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém* (pp. 240-274). EDUEPA. <https://encurtador.com.br/gOdja>
- Cruz, R. C. (2002). *Política de turismo e território* (3a ed.). Contexto.
- Cruz, R. C. A. (2005). Políticas públicas de turismo no Brasil: Território usado, território negligenciado. *Geosul*, 20(40), 27-43. <https://encurtador.com.br/CziUA>
- Cunha, S. B. (2003). Canais fluviais e a questão ambiental. In S. B. Cunha, & A. J. T. Guerra (Orgs.), *A questão ambiental: Diferentes abordagens* (pp. 219-238). Bertrand Brasil.
- Farias, M. C. F., & Arruda, E. J. M. F. (2013). Planejamento da pesquisa científica. Atlas.
- França, J. P. (2018). *Espaços públicos de lazer e cidade: desdobramentos em Belém-PA, o caso orla portal da Amazônia* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://l1nq.com/buA9O>
- Autor. <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2023/>
- Gonçalves, C. W. P. (2012). *Amazônia, Amazônias* (3a ed.). Contexto.
- Guerra, A. T., & Guerra, A. J. T. (2008). *Novo dicionário geológico-geomorfológico* (6a ed.). Bertrand Brasil.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo demográfico 2022: Populações e domicílios: primeiros resultados*. Autor. <https://l1nk.dev/5vXMe>
- Instituto Trata Brasil. (2023). *Ranking do saneamento do Instituto Trata Brasil de 2023*.
- Lei nº 6.381, de 28 de julho de 2001. (2001). *Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará*. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, <https://www.semas.pa.gov.br/2001/07/25/9760/>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. (1997). *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos*. Congresso Nacional, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em: 02 ago. 2023.
- Malheiro, B. C. P. (2009). Portos, portas e postais: *Experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)* [Dissertação de Mestrado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará]. <https://encr.pw/Kjskp>
- Martins, D. F., Jr., Souza, M. P., & Souza, J. C. R. (2021). Rios urbanos e a reprodução do espaço urbano na cidade de Manaus – Amazonas. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades* do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, 14(3), 243-262. <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/6977>
- Mendonça, F. A., & Leitão, S. A. M. (2008). Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: Uma perspectiva a partir dos recursos hídricos. *GeoTextos*, 4(1-2), 145-163. <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3300>
- Moesch, M. M. (2000). *A produção do saber turístico*. Contexto.
- Nascimento, V. L. Q., & Barbosa, H. D. A. (2017). Política pública de turismo e desenvolvimento local: A experiência de Tracuateua (Pará). *Revista Terceira Margem Amazônia*, 2(8), 113-137. <https://encr.pw/NcCKT>
- Nascimento, V. L. Q., Gonçalves, F. S., Barbosa, H. D. A., & Alberto, D. P. S. (2019). Modelo de fluxos múltiplos: Atores e fatores influentes da política pública de turismo da Belém Amazônica. In D. Pereira, & M. Carneiro (Orgs.), *Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 2* (pp. 171-183). Atena Editora.
- Penteado, A. T. (1968). *Belém do Pará: Estudo de geografia urbana*. Edufpa.
- Ponte, J. P. X. (2015). Belém do Pará: cidade e água. *Cadernos Metrôpoles*, 17(33), 41-60. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3302>
- Quadros, V. L., Barbosa, H. D. A., & Gonçalves, F. S. (2022). O modelo de fluxos múltiplos e a análise de políticas públicas de turismo na Amazônia. In T. D. Pimentel, B. M. A. Gomes, & V. L. Quadros (Orgs.), *Políticas públicas de turismo no Brasil: Estado da arte e balanço do campo - Turismo: economia e sociedade - Volume 2* (pp. 17-44). Editora Motres.
- Rodrigues, A. B., & Cabral, J. J. S. P. (2022, Setembro). História e turismo como elementos importantes para alavancar a revitalização de cursos d'água urbanos. *Encontro Nacional de Águas Urbanas*, Brasília, DF, 14. <https://anais>. <https://encr.pw/0aFj3>
- Rodrigues, J. E. C., Luz, L. M., Lima, L. M. G., Pereira, K. R., & Cardoso, D. A. (2022). Bacias hidrográficas urbanas de Belém e Marituba-PA: uma avaliação do risco de inundação. In P. S. M. Medeiros, J. G. S. Ribeiro, N. L. R. Andrade, N. D. A. Caramello, F. B. Hurtado, R. Stachiw, L. G. Gomes, & T. O. Lima. (Orgs.), *Amazônia: diálogos integrados de gestão fluvial e recursos hídricos* (pp. 182- 197). Editora Zion. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/704018>.
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. (2021). *Plano estadual de recursos hídricos do Pará*. Autor. <https://acesse.one/iadLy>
- Secretaria Municipal de Planejamento. (2020). *Anuário estatístico do município de Belém, 2020*. <https://anuario.belem.pa.gov.br/>
- Serra, H. R. H. (2020). O planejamento das políticas públicas de turismo no estado do Pará e dos (d)efeitos da regionalização. *Ciência Geográfica*, 24(3), 1572-1589. <https://l1nq.com/TTWDT>
- Silva, C., & França, R. T., Jr. (2018). Política pública a partir do planejamento estratégico: uma análise do sistema territorial turístico do município de Joinville (SC). *PASOS – Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*, 16(4), 957-970. <https://l1nq.com/nOw3k>
- Silva-Sánchez, S., & Jacobi, P. R. (2012). Políticas de recuperação de rios urbanos na cidade de São Paulo: Possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 14(2), 119-132. <https://encr.pw/NggSW>

- Soares, A. A. S. (2018). *Riscos socioambientais de inundações e alagamentos na planície de Belém (PA): Análise sobre as causas e formas de planejamento urbano para o tratamento da problemática* [Dissertação de Mestrado, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional da UFPA. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12202>
- Soares, A. A. S., & Carvalho, A. C. (2018). Desafios da governança do espaço urbano na era do antropoceno, e o caso das inundações e alagamentos em Belém-PA. *Revista GeoAmazônia*, 6(11), p. 105-142. <https://encr.pw/Qg91k>
- Spinelli, M. V. P. *Potencialidades do turismo fluvial sustentável em rios urbanos: um estudo do Rio Capibaribe, Recife – Pernambuco, Brasil* [Dissertação de Mestrado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco]. Repositório Institucional do IFPE. <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/48>
- Tozi, S. C. (2020). Conflitos Socioambientais em torno dos recursos hídricos na cidade de Belém, no estado do Pará (Brasil). *Água y Territorio*, (50), 73-78. <https://doi.org/10.17561/at.15.4926>
- Tucci, C. E. M., & Bertoni, J. C. (Orgs.). (2003). *Inundações urbanas na América do Sul*. Associação Brasileira de Recursos Hídricos.
- Viana, D. C., & Quadros, V. L. (2020). Gestão e políticas públicas de turismo em Cametá (PA): o que acontece?. *Conexões*, 8(1), 85-110. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/Conexoes/article/view/12795>
- Ximenes, J. (2011). Cidade e água no estuário guajarinense: waterfront, porto, ambiente urbano e recursos hídricos. In L. J. D. Silva, & Ponte, J. P. X. *Urbanização e ambiente: experiências de pesquisa na Amazônia Oriental* (pp. 89-122). Editora Paka-Tatu.